



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Movimentos Sociais

QUANDO A PERIFERIA PENSA: Antonio Gramsci, Conceição Evaristo e a prática política dos coletivos urbanos

Vanessa Carolina Prates
Rocha ¹

Resumo:

O artigo analisa a produção de conhecimento e a organização política nas periferias urbanas brasileiras, problematizando a centralidade dos saberes hegemônicos. Tem como objetivo compreender como práticas comunitárias constituem formas contra-hegemônicas de práxis. Fundamenta-se na articulação entre as categorias de intelectual orgânico e *escrevivência*, a partir de abordagem qualitativa de orientação crítico-dialética, com base na sistematização da experiência do coletivo Vista Bela em Movimento, em Londrina/PR. Conclui-se que a organização coletiva produz saberes, ressignifica vivências e formula projetos políticos, convocando o Serviço Social a reconhecer os sujeitos periféricos como protagonistas da transformação social.

Palavras-chave: Intelectual orgânico; Escrevivência; Periferia; Questão social; Práxis; Serviço Social.

Abstract:

This article examines knowledge production and political organization in Brazilian urban peripheries, questioning the dominance of hegemonic forms of knowledge. It aims to analyze how community-based practices constitute counter-hegemonic forms of praxis. The study is grounded in the articulation between the concepts of organic intellectual and *escrevivência*, adopting a qualitative, critical-dialectical approach based on the systematization of the experience of the Vista Bela em Movimento collective in Londrina, Brazil. The findings indicate that collective organization produces knowledge, resignifies lived experiences, and formulates political projects, calling Social Work to recognize peripheral subjects as protagonists of social transformation.

Keywords: Organic intellectual; Escrevivência; Periphery; Social question; Praxis; Social Work.

¹ Assistente Bacharel em Serviço Social (UEL 2024), mestranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).
Bolsista CAPES. E-mail: vanessa.carolina@uel.br



INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de orientação crítico-dialética, que compreende a realidade social como uma totalidade contraditória em constante movimento. Tal perspectiva reconhece a indissociabilidade entre teoria e prática e busca compreender os fenômenos sociais a partir da inserção concreta dos sujeitos em seus contextos históricos. A pesquisa foi desenvolvida com base em procedimentos próprios da observação participante, metodologia que, conforme Minayo (2009), possibilita captar sentidos e significados que emergem diretamente da vivência cotidiana e das relações sociais estabelecidas nos territórios investigados. A sistematização das práticas do coletivo Vista Bela em Movimento, situado na periferia da cidade de Londrina/PR, foi realizada a partir da imersão em suas dinâmicas organizativas, visando identificar como suas experiências de resistência e produção de saber contribuem para a construção de formas contra-hegemônicas de sociabilidade e elaboração política.

Refletir sobre a produção do pensamento a partir das margens sociais exige um rompimento com a ideia de que a intelectualidade é privilégio das elites. Essa ruptura também atinge as instituições formais de saber. O exercício de pensar, sistematizar experiências e elaborar sentidos sobre o mundo também nasce no calor das lutas populares, nas contradições do cotidiano e nas estratégias de sobrevivência forjadas pelas populações periféricas. Essa compreensão desloca o olhar sobre o papel dos sujeitos nas dinâmicas sociais, evidenciando que os processos de construção de consciência coletiva não se dão apenas por grandes discursos, mas sobretudo pelas narrativas e práticas que emergem de territórios historicamente silenciados. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como se constituem formas próprias de elaboração crítica nas periferias urbanas, onde o viver e o narrar estão profundamente imbricados. Pensar a potência política da palavra e da ação nesse chão de luta é também afirmar que a produção de conhecimento não está restrita ao centro, mas pulsa forte nas bordas.

Este artigo propõe um exercício teórico-reflexivo e político-pedagógico que parte dessa interlocução entre Antonio Gramsci (2001) e Conceição Evaristo (2017), para analisar as práticas de organização popular desenvolvidas pelo coletivo Vista Bela em Movimento, situado na periferia da cidade de Londrina, no Paraná. A proposta é tecer reflexões sobre experiências vividas no cotidiano de territórios marcados pela precarização da vida — como o desemprego estrutural, a fome, a ausência de políticas públicas e a especulação fundiária — tornam-se também experiências produtoras de saber, cultura e luta. Trata-se, portanto, de reconhecer a existência de sujeitos coletivos que, mesmo fora das instituições formais do saber, exercem funções intelectuais enraizadas na prática social e comprometidas com a transformação das estruturas sociais. A atuação do coletivo evidencia como a luta pelo direito à cidade, à moradia, à



terra e à alimentação articula dimensões materiais e simbólicas da vida. Suas práticas não se reduzem à reivindicação de políticas públicas, mas conformam um campo de disputa ideológica e cultural no qual se constroem novos sentidos de pertencimento, solidariedade e comunidade. Nesse processo, emergem formas de intelectualidade forjadas na luta cotidiana, nos vínculos afetivos e na memória coletiva, capazes de tensionar os limites entre o saber acadêmico e o conhecimento popular, entre a teoria crítica e a práxis insurgente. Como lembra Gramsci (2001), todos os homens e mulheres são intelectuais, embora nem todos exerçam na sociedade a função de intelectual. Essa distinção é fundamental para pensar as práticas políticas dos sujeitos subalternizados não como práticas assistencialistas ou espontaneístas, mas como formas organizadas e intencionais de elaboração política. Ao formular a categoria de escrevivência, Evaristo inaugurou uma perspectiva epistemológica que reivindica o cotidiano como lugar legítimo de produção de conhecimento e como território de denúncia e resistência.

Com base nesse referencial, o artigo se ancora em uma perspectiva teórico-metodológica crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, e tem como objetivo evidenciar a produção de conhecimento social a partir da periferia, recusando a falsa neutralidade do saber científico e reconhecendo a inseparabilidade entre teoria e prática. O coletivo analisado torna-se, assim, ponto de partida para refletir sobre a construção de um pensamento contra-hegemônico desde baixo, a partir da inserção concreta dos sujeitos nas lutas sociais. A leitura gramsciana, aqui combinada à escrevivência como ferramenta epistemológica, permite compreender como o cotidiano se torna espaço de elaboração teórica, onde a dor se transforma em denúncia e a experiência em re-existência. A centralidade da experiência territorial não se opõe à teoria, mas exige dela um reposicionamento: pensar a cidade a partir da borda, a intelectualidade a partir do povo, a ciência social a partir da vida.

Intelectual orgânico e a práxis política: Gramsci e a construção da consciência nas periferias

A A contribuição de Gramsci (2001) para a compreensão da função política da intelectualidade nas sociedades capitalistas é um dos pilares para interpretar os processos de organização popular nos territórios periféricos. Ao afirmar que “todo homem é um filósofo”, o autor desloca a centralidade do saber das instituições formais para os espaços da vida comum, questionando a separação entre intelectuais e trabalhadores, entre teoria e prática, entre cultura erudita e cultura popular. Para o filósofo, a função intelectual não é exclusiva das universidades ou das elites letradas; ao contrário, ela pode (e deve) ser exercida por sujeitos historicamente subalternizados que, enraizados nas lutas sociais, contribuem para a formação de uma nova consciência coletiva

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. (GRAMSCI, 2001, p. 1513).



No contexto das periferias urbanas, essa formulação ganha contornos concretos. A ausência de equipamentos públicos, a descontinuidade das políticas sociais e a fragmentação dos vínculos comunitários são elementos que dificultam, mas não impedem, o desenvolvimento de práticas de formação política e organização coletiva. A experiência do Vista Bela em Movimento é exemplar nesse sentido, pois ao articular atividades como hortas comunitárias, rodas de conversa, ações culturais, educação popular em saúde e mobilizações por direitos, o coletivo atua diretamente na construção de um novo senso comum, que resiste à ideologia dominante e afirma valores fundados na solidariedade, na justiça social e na dignidade da vida popular.

Esse novo senso comum não se constitui de forma espontânea ou desorganizada. Como argumenta Gramsci (2001), ele precisa ser forjado a partir de um trabalho consciente de direção intelectual e moral. É exatamente nesse processo que se insere a atuação dos chamados intelectuais orgânicos, sujeitos coletivos que, a partir de sua inserção concreta na vida das classes subalternas, produzem conhecimento e organização. São pessoas que traduzem em palavras, ações e afetos as contradições do presente, e que elaboram caminhos de luta e re-existência. Não se trata de “educadores externos” ao povo, mas de educadores que são também aprendizes, forjados pela experiência concreta da luta de classes. Reconhecer a existência de intelectuais orgânicos vinculados às classes populares não implica negar que o próprio capitalismo produz, de forma sistemática, seus quadros intelectuais. São eles que conferem racionalidade à exploração, administram a desigualdade e produzem consensos que transformam a precarização da vida em algo natural ou inevitável. Ao explicitar essa contradição, evita-se uma leitura romantizada da intelectualidade popular e reafirma-se que a luta política também é, necessariamente, uma luta pela produção e disputa dos sentidos que organizam a vida social.

A formação da consciência crítica, nessa perspectiva, é um processo pedagógico e político que se realiza no interior das práticas coletivas, e não como resultado de uma transmissão unilateral de saber. O papel do intelectual orgânico não é ensinar “a verdade” ao povo, mas favorecer a criação de espaços coletivos de reflexão, escuta, elaboração e ação. É nesse sentido que o Vista Bela em Movimento se constitui como espaço formador, nele, a periferia não é somente destinatária de políticas públicas, mas sujeito histórico de formulação política. Como coletivo, organiza a denúncia e constrói a proposta; acumula experiências e compartilha estratégias; produz cultura e reconfigura o imaginário social.

Esse processo é atravessado por conflitos internos e externos. A construção da contra-hegemonia é sempre um campo de disputa entre visões de mundo, entre projetos societários, entre blocos históricos em confronto. A consolidação de uma consciência crítica e insurgente nas periferias desafia diretamente o senso comum dominante, muitas vezes naturalizado pela produção hegemônica da cultura, da mídia, pela religião institucionalizada ou pelas políticas públicas focalizadas e assistencialistas. Ao construir suas próprias narrativas,



formas de expressão e redes de apoio, o coletivo Vista Bela não apenas resiste à hegemonia burguesa, mas constrói elementos de uma nova hegemonia possível, moldada por sua própria experiência histórica e enraizada na vida concreta.

É importante destacar que essa forma de atuação política rompe com a lógica da representação tradicional, onde os sujeitos populares são convocados apenas a “opinar” ou “participar” de decisões já tomadas. A atuação do Coletivo Popular Vista Bela em Movimento propõe outra via, a do protagonismo popular como condição para a construção de um novo projeto de sociedade. Nesse sentido, o coletivo atualiza o pensamento de Gramsci, demonstrando que a construção de uma nova hegemonia não ocorre apenas nas instâncias estatais, mas também — e talvez principalmente — nos territórios populares, nas práticas do cotidiano, nos vínculos comunitários, nos saberes ancestrais e nas experiências partilhadas de resistência e criação.

Escrevivência como práxis

A escrita de mulheres negras e periféricas, segundo Evaristo (2017), não se trata de simples expressão artística ou testemunho individual, mas de um gesto radical de construção de saber a partir da experiência concreta da opressão e da luta. Mais do que escrever sobre si, essas mulheres escrevem sobre o “nós”, traduzindo vivências coletivas marcadas pela fome, pelo racismo, pela exclusão e pela resistência.

A escrevivência não se reduz à linearidade do relato pessoal, pois carrega as marcas do vivido coletivo, impregnado de dor, mas também de uma estética insurgente que tensiona o silêncio histórico imposto aos corpos negros” (EVARISTO, 2017, p. 26).

A escrevivência, nesse sentido, opera como uma prática intelectual orgânica, tal como concebida por Gramsci(2001). Não se trata de uma escrita técnica ou especializada, mas de uma elaboração que nasce do chão da vida, da memória ferida e da luta cotidiana. A palavra escrita ou falada adquire função política, ao narrar sua própria história, a mulher negra periférica inscreve-se como sujeito de sua trajetória, negando a condição de objeto passivo da história oficial. Essa prática, que subverte a hegemonia discursiva das elites, é também uma forma de disputa cultural e ideológica, pois reconfigura os sentidos dominantes sobre o que é saber, quem pode produzir conhecimento e quais vozes têm legitimidade na esfera pública.

Ao observar a atuação do coletivo, torna-se evidente a presença da escrevivência como prática organizativa e formadora. Nas assembleias populares, nos mutirões, nas rodas de conversa, nas articulações com escolas, universidades e outros movimentos sociais, emergem vozes que traduzem o cotidiano em palavras que mobilizam. As mulheres do coletivo, muitas delas lideranças negras, expressam sua leitura do mundo não por meio da linguagem acadêmica formal, mas por meio de narrativas que transitam entre a oralidade, a poesia, o relato de vida e a denúncia política. São essas narrativas que educam, que formam vínculos e que revelam a complexidade da vida na periferia.



A escrevivência, como práxis insurgente, se manifesta também nas formas de organização do território. Ao plantar hortas em terrenos ociosos, ao batizar espaços com nomes de mulheres negras históricas, ao promover cine-debates com obras de autoras negras, o coletivo Vista Bela cria práticas de reinscrição simbólica do território, confrontando o apagamento histórico e afirmando a presença negra e periférica como produtora de cultura e de política. Cada gesto — cultivar, nomear, reunir, escrever — é uma forma de se contrapor à lógica dominante que tenta invisibilizar essas vidas e seus saberes. Como nos ensina Evaristo (2017), a palavra pode ser semente, flecha ou escudo, e a escrita que nasce da dor partilhada tem também o poder de organizar.

Essa forma de atuação também ressignifica o papel da linguagem na construção da consciência crítica. Enquanto a ideologia dominante opera por meio de discursos naturalizadores, que apresentam a pobreza como responsabilidade individual ou como destino inevitável, a escrevivência reconfigura essa narrativa, revelando as raízes históricas, econômicas, raciais, culturais e políticas das desigualdades. É por isso que, para além de uma ferramenta literária, a escrevivência é uma ferramenta política, pedagógica e formativa, profundamente alinhada ao projeto de construção de uma nova hegemonia popular.

Na interseção entre raça, classe e gênero, a escrevivência denuncia a colonialidade do saber² e desafia as fronteiras da epistemologia dominante (QUIJANO, 2005). Ao ser reconhecida como produção legítima de conhecimento, ela amplia os horizontes da crítica social e convoca as instituições acadêmicas, inclusive o Serviço Social, a revisitar suas referências, escutar outras vozes e reposicionar seu compromisso com as lutas populares. Se a crítica marxista denuncia a estrutura que produz a opressão, a escrevivência denuncia seus efeitos subjetivos e cotidianos. Se Gramsci aponta para a função cultural e política dos intelectuais orgânicos, Evaristo aponta para sua forma sensível, estética e poética de atuação.

Para tanto, reconhecer a escrevivência como práxis insurgente é reconhecer que a teoria também se escreve com o corpo, com a fome, com a ausência, com a dor, mas, sobretudo, com o esperar. Como nos lembra Freire,

É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperança é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir, esperar é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo. (FREIRE, 1992, p. 69)

² A noção de colonialidade do saber refere-se ao processo histórico e estrutural por meio do qual determinados modos de conhecer, produzir ciência e interpretar o mundo foram hierarquizados como universais, racionais e legítimos, enquanto outros saberes — especialmente aqueles produzidos por povos colonizados, populações negras, indígenas e periféricas — foram sistematicamente desqualificados, silenciados ou considerados não científicos. Trata-se de um padrão de poder que persiste para além do colonialismo formal, operando na organização do conhecimento, nas instituições acadêmicas e nos critérios de validação científica. A colonialidade do saber sustenta a centralidade do pensamento eurocêntrico e reforça a separação entre quem é autorizado a produzir teoria e quem é relegado à condição de objeto de estudo, invisibilizando epistemologias forjadas na experiência histórica da exploração, da racialização e da subalternização. Nesse sentido, questionar a colonialidade do saber implica disputar os fundamentos da produção do conhecimento e reconhecer a legitimidade dos saberes produzidos desde as margens sociais.



O exposto acima nos convida a refletir sobre a intelectualidade negra e periférica, ela não apenas interpreta o mundo, mas transforma-o, pela palavra que denuncia, pela palavra que convoca, e pela palavra que re-encanta. Na prática do Vista Bela em Movimento, essas palavras se materializam em ações concretas que transformam território, subjetividade e comunidade — numa prática política que é, ao mesmo tempo, gesto de amor, solidariedade e de revolta.

A questão social como campo de luta

A leitura da questão social, conforme formulada por Gonçalves (2019), oferece uma crítica radical às bases estruturais da sociabilidade capitalista, ao evidenciar que suas múltiplas expressões como pobreza, desemprego, precarização do trabalho, fome, violência e negação sistemática de direitos não constituem anomalias ou falhas de gestão, mas resultados necessários da relação capital/trabalho. A questão social expressa, portanto, a própria lógica de funcionamento do capitalismo, fundada na exploração do trabalho, na expropriação de parcelas crescentes da classe trabalhadora e na concentração privada da riqueza socialmente produzida. Reduzi-la a um conjunto de “problemas sociais” passíveis de administração técnica significa obscurecer suas determinações históricas e despolitizar os antagonismos de classe que lhe dão origem.

Nessa perspectiva, Gonçalves critica duramente as abordagens que moralizam a pobreza ou a tratam como objeto de correção por meio de políticas compensatórias. A intervenção estatal sobre a questão social, longe de promover sua superação, opera majoritariamente como mecanismo de regulação dos conflitos sociais, por meio de políticas focalizadas, fragmentadas e seletivas, que administram a miséria sem enfrentar suas causas estruturais. O Estado capitalista, nesse movimento, atua como gestor da desigualdade social, garantindo a reprodução da ordem vigente ao mesmo tempo em que neutraliza, fragmenta ou desmobiliza as formas coletivas de contestação. Assim, a questão social se afirma como um campo permanente de disputa política e ideológica, no qual se confrontam projetos societários antagônicos e no qual a luta da classe trabalhadora por direitos se choca com os limites estruturais impostos pela sociabilidade capitalista.

Esse referencial crítico permite interpretar a atuação dos sujeitos periféricos não como “respostas espontâneas” à carência, mas como formas de enfrentamento político ao projeto de dominação. A prática do coletivo Vista Bela em Movimento se insere exatamente nesse campo de disputa, ao organizar ações em torno da formação acadêmica, da moradia, da segurança alimentar e do direito à cidade, os moradores do território não apenas resistem à precarização da vida, mas constroem estratégias que afirmam a centralidade da luta coletiva e a necessidade de transformação estrutural. Trata-se de uma práxis que compreende a dimensão imediata das necessidades, mas que não se limita a ela projeta uma crítica radical ao sistema que as produz. Como nos ensina Gramsci (2001, p. 42),



A filosofia da práxis visa elevar a consciência dos sujeitos, superando os limites do senso comum e impulsionando a elaboração de um novo projeto cultural e político: A filosofia da práxis não tende a manter os 'simples' em sua filosofia primitiva do senso comum, mas a levá-los a uma concepção superior da vida. Se não fosse assim, toda iniciativa cultural seria impossível.

A leitura da questão social a partir da análise do Coletivo Popular Vista Bela em Movimento, permite perceber que a fome, por exemplo, não é apenas ausência de comida, mas expressão de um sistema que exclui, racializa e marginaliza determinadas populações. As hortas comunitárias, marmitas solidárias e demais atividades político-pedagógicas organizadas pelo coletivo não respondem apenas à escassez alimentar, elas se afirmam como estratégias de reapropriação da terra urbana, de construção de autonomia, de fortalecimento dos laços comunitários e de disputa simbólica com o Estado e o mercado, da luta pela construção de uma contra-hegemonia. Elas produzem alimento, mas produzem também pertencimento, consciência crítica, vínculos de solidariedade — elementos fundamentais para a constituição de um novo sujeito político.

Nesse sentido, o Serviço Social crítico encontra aqui um ponto de inflexão importante. Ao invés de se limitar à gestão técnica das expressões da questão social — como se estas fossem dados naturais e permanentes —, a profissão é chamada a assumir sua função política de mediação entre a estrutura e a ação. Como afirma Santos (2016), o compromisso ético-político do Serviço Social se expressa na sua capacidade de inserir-se nas lutas sociais com um projeto societário emancipatório. Isso significa romper com a lógica da neutralidade, reconhecer a centralidade da luta de classes e aliar-se aos sujeitos históricos que disputam a direção política da sociedade.

No caso do coletivo Vista Bela, observa-se uma reconfiguração do espaço periférico como espaço de re-existência e re-elaboração. O território vivido se transforma em palco de vida e luta, onde o cotidiano se converte em campo pedagógico e organizativo. A construção do comum, nesse contexto, não é utopia abstrata, mas prática viva que afirma que outro mundo é possível — e necessário. É nesse campo que a crítica à questão social se encontra com a práxis gramsciana e com a escrevivência, todas se opõem à reprodução da ordem dominante e afirmam a possibilidade de transformação fundada na experiência coletiva dos oprimidos. Como aponta Gramsci (2001), a filosofia da práxis busca elevar o pensamento popular a um novo patamar crítico, superando o senso comum sem menosprezá-lo. Essa é a base para qualquer projeto cultural transformador.

A pobreza, a exclusão e a violência não são apenas objetos de intervenção técnica, mas pontos de partida para a organização política e a construção de um projeto popular de sociedade. A análise empírica das práticas do Vista Bela em Movimento demonstra que, mesmo diante da escassez material, é possível produzir dignidade, consciência e luta. E é exatamente esse movimento que desafia o Serviço Social a se reconectar com sua vocação histórica de se constituir como prática profissional crítica, transformadora e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da interlocução entre Gramsci (2001), Evaristo (2017) e a crítica à questão social, este artigo buscou evidenciar que as práticas populares de resistência, especialmente aquelas protagonizadas por sujeitos periféricos e racializados, são também práticas de elaboração teórica e construção de conhecimento. O coletivo Vista Bela em Movimento exemplifica como a luta por direitos transcende a reivindicação imediata, constituindo-se como projeto político-pedagógico que tensiona a ordem hegemônica e produz formas contra-hegemônicas de vida, cultura e saber. Ao reconhecer a escrevivência como práxis e a intelectualidade orgânica como função coletiva enraizada na luta social, amplia-se o horizonte da crítica e reafirma-se o compromisso com uma ciência social comprometida com a transformação. Não se trata apenas de valorizar experiências locais ou práticas comunitárias, mas de reconhecer que tais experiências produzem categorias, sentidos e leituras de mundo capazes de desafiar os limites da epistemologia dominante. Nesse movimento, a periferia deixa de ocupar o lugar de objeto de análise e passa a afirmar-se como sujeito produtor de teoria, cultura e projeto político.

A experiência concreta dos territórios periféricos, marcada pela precariedade, mas também pela criatividade, solidariedade e organização coletiva, convoca o Serviço Social e demais áreas do conhecimento a revisitar criticamente suas formas de produção de saber e de intervenção profissional. Isso implica romper com abordagens tecnicistas, assistencialistas ou neutralizantes da questão social e assumir, de forma explícita, o caráter político da atuação profissional, alinhado às lutas da classe trabalhadora e aos sujeitos que disputam a direção da sociedade a partir de baixo.

Nesse sentido, as práticas desenvolvidas pelo coletivo Vista Bela em Movimento revelam que a resistência cotidiana expressa no cultivo da terra urbana, na organização comunitária, na palavra que denuncia e na ação coletiva que constrói não apenas enfrenta a precarização da vida, mas produz novos sentidos de pertencimento, dignidade e horizonte histórico. Trata-se de uma práxis que articula materialidade e simbolismo, sobrevivência e projeto, denúncia e anúncio, reafirmando que a transformação social não se constrói apenas nos grandes marcos institucionais, mas no chão da vida vivida.

Por fim, ao afirmar que quando a periferia pensa, escreve e age ela reconfigura os campos da teoria, da política e da cidade, este artigo sustenta que a luta por justiça socioespacial é também uma luta pela democratização do conhecimento e pela construção de uma nova hegemonia. Uma hegemonia fundada não na negação das contradições, mas na organização consciente dos sujeitos que, mesmo diante da desigualdade estrutural, seguem produzindo vida, saber e esperança. Um esperar que não espera, mas que se constrói coletivamente, como prática política concreta e horizonte de emancipação.



REFERÊNCIAS:

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências e outros ensaios**. São Paulo: Pallas, 2017.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Questão social, Estado e políticas sociais**. In: BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (orgs.). *Política social: fundamentos e história*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005